CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Alcolumbre e Motta tentam se manter nos cargos

Centrão se move para limitar o poder da direita

Lá no século 18, Montesquieu lançou a ideia do sistema de freios e contrapesos entre os poderes. Estabeleceu um modelo no qual cada um dos poderes serve de barreira para os outros, estabelecendo um equilíbrio entre eles. Já discutimos por aqui que, no Brasil de hoje, os poderes da República estão desequilibrados. Nesse sentido, o cientista político André Cesar e o advogado Alvaro Maimoni, da Hold Assessoria, começam a observar que pode estar se ensaiando um movimento de criação de um sistema de freios e contrapesos dentro de um só dos poderes, o Legislativo. Diante do grande avanço eleitoral da direita, mais especificamente, do PL, o Centrão ensaia esse movimento de contenção absoluta desse grupo. O Centrão vem comandando o Congresso desde que Eduardo Cunha se elegeu presidente da Câmara em 2015. "O Centrão não há de querer ser fagocitado pela direita", observa André.

Preservação de espaços de poder

A biologia explica que a fagocitose é um processo pelo qual a membrana da célula vai absorvendo dentro dela outras partículas. Trazendo para o campo da política, seria agora a direita absorver para si esse campo do Centrão. O problema é que isso daria poder demais à direita que acabaria por expelir o Centrão das estruturas de decisão no Congresso. "A disputa pelo comando das duas Casas revela o esforço dos partidos do Centrão para preservar seus espaços de poder", escrevem André Cesar e Maimoni.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Severino aproveitou-se de um racha no PT

Lembrem de Severino Cavalcanti

André Cesar relembra um momento importante: a eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) como presidente da Câmara em 2005. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava na metade do seu primeiro mandato, experimentando forte poder. O PT tinha forte hegemonia, 90 deputados na bancada. Certo da sua forma, permitiu uma disputa pelo comando da Câmara, com dois candidatos à Presidência, Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), e Virgílio Guimarães (MG). A divisão dos votos entre os dois petistas acabou elegendo Severino Cavalcanti.

Há disputa na Câmara e no Senado

Agora, a direita começa a ensaiar disputa tanto no Senado quanto na Câmara. No Senado, o coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro (PL), Rogério Marinho (PL-RN), disputa as pretensões com Tereza Cristina (PP-MS). Na Câmara, têm pretensões de comandar os deputados o atual vice-presidente Altineu Côrtes (PL-RJ) e o líder do PL, Sóstenes Cavalcante. André Cesar observa essa disputa.

Alcolumbre e Motta

Na avaliação do cientista político, essas disputas podem acabar beneficiando os projetos de continuidade dos atuais presidentes do Senado e da Câmara, Davi Alcolumbre (União-AP) e Hugo Motta (Republicanos-PB). A partir do risco de perda de poder, o Centrão pode se unir à esquerda para mantê-los, mantendo espaços de negociação.

Esperteza

A essa altura, Alcolumbre tem de administrar certo excesso de esperteza. É o responsável por uma derrota histórica de Lula, quando trabalhou para rejeitar Jorge Messias como ministro do STF. Por outro lado, ajudou Lula a aprovar o fim da escala 6x1. No fim, pode ser um problema: não ter a essa altura a confiança nem de um lado nem do outro.

Senado

"Importante dizer que, apesar de contar com as maiores bancadas nas duas Casas legislativas, o PL não terá força suficiente para impor sozinho sua agenda. No Senado, a situação é mais favorável. Com 28 senadores, supera o mínimo de 27 assinaturas para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC)", observam André e Maimoni.

Câmara

"Na Câmara, por sua vez, são necessárias 171 assinaturas, número superior aos 121 deputados que integrarão sua bancada", continuam sobre os eleitos deputados pelo PL. "Em ambos os casos, contudo, a aprovação de uma PEC exige três quintos dos votos de cada Casa, em dois turnos, o que torna indispensável e obrigatória a negociação".

Motta

Assim, Hugo Motta se mexe para tentar se manter no comando, ainda que ele seja uma figura mais controversa na Câmara, mais criticada, que Alcolumbre no Senado. Um movimento importante nos últimos dias favoreceu Motta. Ele recebeu o apoio público de 12 partidos para continuar à frente da Presidência da Câmara.

Pelo centro

E é em grande parte exatamente uma manifestação vinda pelo centro: a federação União Progressista, o MDB, a federação PSDB/Cidadania, o PSD, com legendas mais à esquerda como o PSB e o PDT. Essas eleições no comando do Congresso só se definirão em fevereiro do ano que vem. E, claro, vão depender do que acontecerá no domingo (25).

ANTONIO AUGUSTO/TSE

Representantes da Meta se reuniram com Nunes Marques

MPF determina requisitos à Meta antes das eleições

Bloqueio ou suspensão de postagens precisam passar por revisão humana

Por **Gabriela Gallo**

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou para a empresa Meta (bigtech que administra as redes sociais Instagram, WhatApp, Facebook e Threads) uma recomendação determinando medidas urgentes para garantir transparência e proteção à liberdade de expressão nas redes sociais vinculadas à empresa.

A empresa tem até esta sexta-feira (23) para responder se acatará as recomendações e para detalhar as providências que serão adotadas no período antes do segundo turno eleitoral, que ocorre neste domingo (25).

O prazo final para a apresentar o relatório conclusivo é de 30 dias. A recomendação foi protocolada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) na noite de quarta-feira (21).

Dentre os pontos estabelecidos pelo MPF, até a próxima segunda-feira (26), cinco dias após a publicação da recomendação, as plataformas virtuais devem deixar de remover publicações, suspender contas ou restringir funcionalidades sem fundamento jurídico ou contratual específico, priorizando a análise do contexto de cada caso.

MAIS DE 200 MIL

Segundo o MPF, entre os dias 1º a 5 de outubro, a Meta bloqueou automaticamente 206.910 itens no Brasil.

Segundo a empresa, os conteúdos bloqueados reuniam três critérios: "marcador de uso de inteligência artificial (IA), classificação como conteúdo político-eleitoral e retrato de ao menos uma pessoa".

Contudo, ponto levantado pelo PFDC é que grande parte dos bloqueios feitos, por terem sido automáticos, foram aplicados sem justificativa individualizada ou com base em enquadramentos indevidos em categorias graves, como terrorismo e exploração sexual infantil.

Na última terça-feira (20), a Meta enviou ao TSE um documento em que afirma que os conteúdos relativos às candidaturas de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República "são tratados de forma igual e não discriminatória".

A empresa ainda garante que adotará obrigatoriamente revisão humana para "desabilitar ou restringir as contas de anúncios das candidaturas do segundo turno ou o impulsionamento de seus conteúdos".